

Câmara reage às pressões do Senado

PETISTAS SE DIZEM DISPOSTOS A OBSTRUIR SESSÕES DESTINADAS A VOTAR ANISTIA DO SENADOR HUMBERTO LUCENA

07 JAN 2005

JORNAL DA TARDE

A Câmara dos Deputados promete reagir às pressões do Senado para que aprove a anistia ao senador Humberto Lucena (PMDB-PB) e a outros catorze políticos que utilizaram indevidamente a gráfica do Senado para imprimir propaganda eleitoral. O PT pediu à Procuradoria Jurídica da Câmara a interpelação da Mesa do Senado para que divulgue a lista de todos os parlamentares que usaram a gráfica. "Não aceitamos a chantagem", afirmou ontem o deputado Paulo Paim (PT-RS).

O PT também decidiu obstruir as sessões da Câmara destinadas a votar a anistia a Lucena e aos outros políticos, entre eles os senadores Alexandre Costa (PFL-MA) e Carlos Patrocínio (PFL-TO). Estes dois parlamentares lideram o

movimento que impede o Senado de votar a indicação de Pêrsio Arida para a presidência do Banco Central e, com isso, tentam chantagear o governo e a Câmara a aprovar a anistia. O coordenador do grupo é o senador Alfredo Campos (PMDB-MG).

Segundo o deputado José Genoíno (PT-SP), a indignação dos deputados com a atitude do Senado não se resume à bancada petista. Ele disse ter recebido telefonemas de colegas de outros partidos que também estão dispostos a entrar em "guerra" com o Senado.

Citado como um dos deputados que usaram a gráfica, Genoíno rebateu a acusação afirmando que mandou imprimir textos sobre propostas para a revisão constitucional e relativos à CPI do Orçamento. "Nada disso é ilegal, nunca mandei imprimir calendários".

Em discurso no Senado, na quinta-feira, o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) divulgou uma lista com os nomes de 31 políticos que utilizaram a gráfica do Sena-

do para imprimir propaganda pessoal. Entre eles, citou Genoíno, Paim, o governador Mário Covas (PSDB) e o deputado José Dirceu (PT-SP). "A lista do Suassuna é uma palhaçada", disse Paim. "Desafio o senador a provar que fez um único impresso na gráfica do Senado em 1994, principalmente após a

entrada em vigor da lei eleitoral, que proibiu esta prática".

Paim prometeu ainda retaliar o Senado, com a obstrução ao esforço concentrado que deverá ser feito pela Câmara entre os dias 17 e 19. Além da anistia a Lucena, deverão ser votados os projetos de aumento do salário mínimo e do decreto legislativo que concede reajuste ao presidente da República, ao vice, aos senadores e deputados, aos ministros, aos presidentes de estatais, aos ministros dos tribunais superiores e aos detentores de cargos de segundo escalão.

**Genoíno disse
que colegas de
outros
partidos estão
dispostos a
partir para o
confronto**